

Mulheres Kaiowá e Guarani: invisibilidade e pertencimento.

Marlene Ricardi de Souza
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.

O trabalho ora apresentado diz respeito às mulheres Kaiowá e Guarani do estado do Mato Grosso do Sul, aos relatos dessas mulheres sobre suas trajetórias de vida, luta esobrevivência, em meio a uma sociedade preconceituosa, asul-mato-grossense. Os relatos aos quais nos referimos foram feitos/ditos pelas mulheres indígenas em ocasiões como: AtyKunhanguê (Grande Assembleia das Mulheres Indígenas), na CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) da Violência contra as Mulheres do Senado Federal, que realizou oitiva e Audiência Pública no Mato Grosso do Sul e, na 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (Movimento Feminista de atuação em âmbito Internacional) em Dourados MS. O Mato grosso do Sul é o estado brasileiro com a segunda maior população indígena, e uma das unidades da federação que mais viola os direitos humanos e constitucionais dos povos indígenas que aqui habitam. A espoliação, a violência e as violações são uma constante há muitos séculos e continua a acontecer nos dias de hoje. Os Kaiowá e Guarani presentes no sul do estado e nos municípios em áreas de fronteira são os mais afetados por essa prática de violências, assassinatos e expropriação dos seus territórios ancestrais. Nesse contexto, as mulheres indígenas sofrem muitas privações, perseguições e violências. Essas mulheres são arrancadas de seus barracos no meio da noite, por tiros e fogo atado em suas humildes moradias. Muitas vezes violentadas, humilhadas, desassistidas. Todavia continuam a sua peregrinação e luta em suas aldeias, e nas áreas de retomada onde está o seu território de pertencimento: o seu Tekoha. A invisibilidade das vidas vividas por essas mulheres, das rezadoras (Ñandesí), que são lideranças religiosas de suas comunidades, respeitadas por seu povo pela sabedoria, conhecimento e relação com a espiritualidade maior, às mulheres liderança das áreas de retomada. O objetivo desse artigo é visibilizar as mulheres indígenas que lutam incessantemente enfrentando problemas em suas e de suas comunidades como a saúde, segurança, educação, violência doméstica e institucional.

Palavras chaves: mulheres indígenas; invisibilidade; luta; CPMI da Violência contra as Mulheres; territórios tradicionais.

Introdução

Esse trabalho diz respeito às lutas das mulheres indígenas, Kaiowá e Guarani pelo direito aos seus territórios tradicionais, seus Tekohas e, conseqüentemente o restabelecimento do bem viver, Kaiowá Guarani livre das mazelas e violências impostas pela sociedade não indígena sul-mato-grossense. Trata-se de um artigo que tem por objetivo dar voz às milhares de mulheres indígenas Kaiowá e Guarani dos rincões do estado de Mato Grosso do Sul, às quais foram e ainda são negadas o direito à terra tradicional, à liberdade de ser e de viver conforme sua ancestralidade. Dessa maneira, as Aty Kunhangê (Grande Assembléia das Mulheres Kaiowá e Guarani), são espaços de luta, resistência e denúncia, bem como a participação em atividades de movimentos feministas como a 4ª Ação da Marcha Mundial das Mulheres em Outubro de 2014 ocorrida em Dourados (MS), um dos municípios com maior concentração de população indígena em área contígua a área urbana: a oitava realizada junto às mulheres indígenas no ano de 2013, na CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional) da Violência contra a Mulher, que realizou Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, são considerados instrumentos essenciais para dar voz as denúncias e reivindicações das mulheres Kaiowá e Guarani do nosso estado. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgado em Agosto de 2012, a população indígena do Mato Grosso do Sul é de 61.737 pessoas, somente no município de Dourados estão 18% dessa população. Desse contingente, as mulheres são 38.054 indígenas. As mulheres que habitam em aldeias correspondem a cerca de 29.990 pessoas e aquelas que estão em espaços urbanos são de aproximadamente 8.064. Isto é, um fato inédito no censo do IBGE, além da contagem da população indígena, tem o recorte do quantitativo de mulheres indígenas. Essa novidade traz um diferencial importantíssimo para efeitos de aplicação das políticas públicas como também para trabalhos e pesquisas acadêmicas e estudos em relação as comunidades indígenas do nosso estado.

As mulheres indígenas Kaiowá e Guarani e suas estratégias de Luta e Sobrevivência.

As mulheres indígenas são diretamente atingidas pelo conflito de terras. A violência de gênero, sexista paira como uma ameaça constante e real sobre essas mulheres, além do preconceito pela etnia. As mulheres indígenas do Mato Grosso do Sul mobilizam na luta pela demarcação das terras e assumem as bandeiras das políticas públicas na perspectiva de gênero e constroem caminhos outrora inimagináveis por seus antepassados. Nesse contexto, é indispensável entender o papel da mulher indígena em seus espaços de luta e pertencimento. A mulher Kaiowá e Guarani tem vivido e sobrevivido em aldeias de áreas diminuta, muito aquém das necessidades de reprodução do seu modo de ser e de viver, assegurado na Constituição Federal de 1988¹, do estado brasileiro no artigo 231 onde está disposto que aos povos indígenas: “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Grande parte das comunidades indígenas vivendo no Sul do estado está em áreas de retomada (áreas pertencentes aos seus ancestrais, áreas anteriormente ocupadas pelos povos indígenas e transformadas em latifúndios) em condições extremas, desumanas, sofrendo inúmeras privações, violências impetradas pelo estado e por jagunços armados. A violência intra familiar, em grande medida e isso de acordo com as mulheres indígenas, resulta da influência da convivência e da agregação de hábitos e costumes não indígenas em suas comunidades. As mulheres indígenas no Mato Grosso do Sul são invisibilizadas pelas instituições públicas e estão destituídas de seus direitos fundamentais. A desagregação da cultura advém, da entrada nas comunidades indígenas de elementos alheios a sua cultura como o alcoolismo, as drogas, o alto índice de suicídio são problemas que foram impostos a essas comunidades. A violência doméstica é um grave problema social e de saúde pública que atinge e aflige as mulheres indígenas nas mais variadas faixas etárias, sejam elas, meninas, jovens, adultas e idosas. As mulheres indígenas, Kaiowá e Guarani são duplamente vítimas da violência: a

¹Constituição Federal de 1988 artigo 231 p. 141-142 Ed. 2009 senado federal

doméstica e a institucional. Isso ocorre, na medida em que as autoridades públicas, operadoras do direito, não acolhem as denúncias, devido a uma série de preconceitos já cristalizados em suas ações e atitudes. Há sempre uma recusa em registrar o Boletim de Ocorrência, seja qual for a violência, também são discriminadas por não falarem o português, língua oficial do território brasileiro. No entanto, a Constituição Federal/88 1988, no artigo 231 lhes asseguram direito à língua materna. A discriminação e o preconceito étnico são uma constante na vida das mulheres Kaiowá e Guarani, e aqueles que praticam o preconceito, alegam problemas de competências institucionais, de jurisdição: que questão indígena é da alçada do governo federal, ou seja, da União.

Importante observar que os relatos que seguem na sequência desse artigo foram coletados na Aty Kunhanguê da Aldeia Sucuriú, município de Maracaju, ocasião em que as mulheres indígenas denunciaram mais uma vez a omissão do estado brasileiro em demarcar seus territórios e as violências as quais estão expostas por causa dessa negação. Esses Territórios são os únicos lugares onde é possível reproduzir a cultura, a religiosidade, a língua e costumes. A negação a essa possibilidade de acesso aos Tekohas, já é uma mazela em sua essência. A situação de miséria e abandono em que se encontram os indígenas tem desdobramentos nefastos, às mulheres Kaiowá e Guarani como relata Dona Alda² Silva, (Ñandesí, liderança e rezadora), moradora da aldeia Jaguapiru município de Dourados. “Nós passamos muita dificuldade na aldeia, nosso direito não é respeitado. A violência vem de fora, do fazendeiro, do jagunço, pistoleiro e, nossa comunidade, nossa família não tem segurança....Nós não tem segurança”. No decorrer da sua narrativa, Dona Alda ainda se referiu à violência contra as mulheres: “Nossas jovens, estão sendo estupradas, mulheres são assassinadas por pessoas de fora da aldeia, e isso acontece direto com meu povo, na maioria das aldeias está acontecendo violência. A Lei Maria da Penha tem que atender nós. Muitas companheiras apanham dos maridos dentro de casa. Isso não pode acontecer.” Durante a fala da dona Alda o cacique Valdomiro³, da aldeia Panambizinho, do município de Dourados, se pronunciou, dizendo que a violência contra as mulheres indígenas tem que acabar, concordou que existe a violência de gênero, e que os culpados devem ser punidos.

²Depoimento na AtyKunhanguê /Aldeia Sucuiú, Maracaju,MS 25 a 29 de Junho de 2014.

³Depoimento na AtyKunhanguê /Aldeia Sucuiú, Maracaju,MS 25 a 29 de Junho de 2014.

Denunciou lideranças indígenas que praticam violência contra suas esposas dizendo: “Tem liderança que esta aqui, nesse Aty Kunha e que bate na mulher. Isso é uma vergonha. É crime!” Concordou que é preciso coibir esse tipo de violência e que as autoridades precisam dar aplicabilidade a Lei Maria da Penha nas aldeias indígenas, mas que para isso se torne realidade é preciso ouvir as mulheres. Corroborando com essa retórica, o cacique Getúlio⁴, da aldeia Jaguapiru, também do município de Dourados, afirmou que a violência doméstica é uma constante nas aldeias e que é preciso coragem e denunciar, ajudar as mulheres nessa luta.

Na mesma grande reunião “Nossa aldeia é área em litígio, assim falam os brancos. É nossa terra, nossa vida, mas, não podemos aproveitar o que ainda resta nela. Nosso recurso natural, nossa mata, rio está sendo destruído pelo fazendeiro. Nós não temos saúde, na educação falta muito, muito pra atender a necessidade da educação escolar indígena. As necessidades de nós professoras, das nossas crianças. Nossos jovens foram levados da aldeia para a cidade, e lá são explorados, tanto os meninos, quanto as meninas. Alguns, à força, nem sabiam pra onde estava indo. A exploração sexual acontece aí também, o uso de drogas. Isso não acontecia antes na nossa comunidade. Estamos sendo atacados, sofrendo violência de todos os lados”. (Léa Aquino⁵, professora, in memoriam).

“Venham aqui na área que vocês chamam de retomada, pra nós, é e sempre será nosso território tradicional, nosso Tekoha. Mataram mais um guerreiro destruiu nossos barracos, envenenam nossa água, violentam as mulheres. Venham pra aldeia nem que seja pra chorar com a gente. Nos ajudem, por favor”. (Valdelice Veron⁶, professora, liderança das áreas de retomada).

A CPMI da Violência contra a Mulher realizou oitiva na Aldeia Água Bonita, aldeia urbana situada na região norte do município de Campo Grande, (Nov/2012), as mulheres ali presentes relataram a total omissão do poder público, das três esferas de poder: municipal, estadual e federal. Os principais problemas apontados foram: o alcoolismo e o uso de drogas levando ao aumento da violência doméstica; a polícia não atende casos de violência doméstica e a DEAM (Delegacia Especializada em

⁴Depoimento na AtyKunhangû /Aldeia Sucuiú, Maracaju,MS 25 a 29 de Junho de 2014.

⁵Depoimento na AtyKunhangû /Aldeia Sucuiú, Maracaju,MS 25 a 29 de Junho de 2014.

⁶ 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres/MMM Dourados,MS 10 a 11 de Outubro de 2015.

Atendimento à Mulher Vítima de violência) é muito longe; aumentam dos casos de violência com arma de fogo; forte discriminação da mulher indígena; a ausência de escola na aldeia limita as oportunidades de vida das indígenas; a grande maioria das indígenas está no trabalho doméstico; a associação de mulheres busca fazer trabalho com artesanato, mas não têm apoio para vender seus produtos, sem conseguir levá-los até as feiras; não há creche onde as mulheres possam deixar seus filhos enquanto trabalham; discriminação daquelas que usam o idioma indígena; reivindicou-se para a aldeia a instalação de escola e que esta ainda tenha o cuidado de resgatar a língua indígena.

Na Assembleia Legislativa foram ouvidas as indígenas (lideranças e jovens) do Sul do estado. As mulheres indígenas denunciaram a omissão das autoridades em relação às mulheres vítimas de violência sexual, doméstica e institucional como nos seguintes casos: uma indígena da etnia Guarani esperou por sete horas na delegacia de Dourados e mesmo assim, não foi atendida. Outra mulher Guarani, da aldeia Sucuriú, em Maracaju, sofrendo por dezesseis anos violência do marido, e tendo ficado paraplégica por conta das agressões, decidiu denunciar o cônjuge. O delegado atendente orientou que voltasse pra casa amedrontando a vítima.

As mulheres indígenas denunciaram ainda o estupro coletivo sofrido por uma jovem kaiowá/guarani em área de retomada no município de Iguatemi. De acordo com as denunciantes, em retaliação a decisão dos Kaiowá e Guarani em auto demarcar seus territórios ancestrais. Por ocasião dessa oitiva estiveram presentes as lideranças da AtyKunha em sinal de respeito e solidariedade as companheiras vítimas ou em situação de violência.

As narrativas e denúncias sobre as violências aqui apresentadas trazem à tona uma série de violações as quais vem sendo presenciadas, vividas pelas mulheres indígenas, mas invisibilizadas ou subnotificadas, ignoradas ou colocadas em último lugar pelos sujeitos que recebem essas denúncias sem que sejam realizadas ações concretas.

O fato de as mulheres indígenas buscarem outros espaços, peregrinarem em eventos protagonizados por não indígenas em busca de ressonância em relação às suas vozes, para que não sejam ao vento, ao leu, muito menos caladas, trata-se de um esforço imensurável. Assim como a força que as movem em busca de ajuda e de justiça.

Considerando todos os séculos de “convivência” com a sociedade não indígena, é preciso lembrar que essas guerreiras, rezadoras, lideranças enfrentam o preconceito, a discriminação e, não raro, o ódio de uma sociedade que não aceita o outro, uma sociedade racista que comete verdadeiro genocídio contra os povos originários. Não obstante, as mulheres Kaiowá e Guarani estão rompendo com “o lugar” de mulher dentro de sua própria etnia, na medida em que procuram se articular em ambientes até então, alheios a sua cultura. Entretanto, esses novos “arranjos” não significa romper com os seus padrões e valores culturais.

Os caminhos percorridos pelas mulheres kaiowá e guarani no século XXI se entrelaçam e se contrapõe a muitos elementos da sua organização social e está longe de ser compreendido pela sociedade não indígena. Para SERAGUZA:

A ocupação desses caminhos pelas mulheres reflete alguns realocamentos na organização social kaiowá e guarani. Fabricar corpos e conceber pessoas são necessidades constantes entre os homens e mulheres kaiowá e guarani: porém construir caminhos outros são necessidades oriundas de uma sociedade em contato direto com outra, que, se não houver resistência, a devora e a dilacera. Fazer outros caminhos é uma maneira de resistência do modo de ser e de viver destes Kaiowá e Guarani. São estes caminhos que seguem as professoras indígenas, as conhecedoras dos remédios do mato, as mulheres solteiras remuneradas, as jogadoras de futebol, as xamãs, as jekoha, as estudantes, as parteiras, as políticas, as enfermeiras, as faxineiras, merenas, as líderes, as trabalhadoras de uma maneira geral.(...).SERAGUZA (2013, p.164).

Por conseguinte, os principais obstáculos apontados pelas mulheres indígenas, pelo movimento feminista e de mulheres para o enfrentamento à violência contra as mulheres à CPMI foram:

Inexistência de intérpretes nas delegacias para o atendimento das índias que não falam português;

Inexistência de protocolos diferenciados nos diversos equipamentos para o adequado atendimento das mulheres indígenas e ausência de material de divulgação dos serviços da rede traduzidos para as línguas indígenas;

Ausência de política estadual de prevenção de violência nas aldeias, devido à competência da Polícia Federal para agir em tais locais;

Falta de coordenação entre o Governo Estadual e a FUNAI; Ausência de uma coordenação específica para o desenvolvimento de políticas para mulheres indígenas dentro da Subsecretaria da Mulher e da Promoção e da Cidadania;

Cultura do machismo arraigada no estado, inclusive na estrutura burocrática que deveria trabalhar para o enfrentamento da violência contra a mulher;

Controle insuficiente da fronteira seca com o Paraguai e a Bolívia, permitindo o tráfico de mulheres entre os países, inclusive mulheres indígenas;

Inexistência de órgão executivo contra o tráfico de pessoas;

Falta de pessoal nas Polícias Militar e Civil e Defensoria Pública;

Principais serviços de saúde estão apenas na capital, como os casos de abortamento previstos em lei;

Acúmulo de processos a serem julgados nas varas do Judiciário;

Ainda com relação à violência de gênero a ONU (Organização das Nações Unidas), através da ONU Mulheres⁷ foi categórica ao denunciar no dia 06 de Novembro de 2014, o assassinato da indígena Marinalva Manoel.

O assassinato da liderança indígena Kaiowáanos acomete de extremo pesar pela violência e pela truculência com que sua vida foi ceifada. Ela era uma das defensoras da demarcação da terra indígena, a Kaiowá Marinalva Manoel era uma mulher jovem obstinada que ousou defender os direitos dos povos indígenas, inclusive o de garantia à terra, e de sua ancestralidade, como ocorreu em 15 de outubro passado, quando esteve em Brasília como parte de comitiva indígena reunida com representantes do Judiciário.(ONU, 2015).

Portanto, temos aqui uma coletânea sobre a violência contra as mulheres indígenas, cujas vozes rompem o silêncio, ainda que seus algozes insistam em silenciá-las. Para além das denúncias estão as propostas de superação da violência. Nesse sentido, basta cumprir a Constituição Federal e dialogar com elas sobre a aplicação da Lei 11.340 de Agosto de 2006, a Lei Maria da Penha.

Conclusão

Durante a caminhada junto às lutas, festividades, celebrações e grande assembleia das mulheres indígenas Kaiowá e Guarani tenho encontrado e percebido, perseverança, esperança e espiritualidade sem precedente. Essas mulheres são pessoas

⁷Visita da relatora da ONU para Povos Indígenas em Dezembro de 2015.

humanas de uma grandeza e uma capacidade sobrehumana de articular novos caminhos. Estabelecem estratégia de sobrevivência em consonância com seu modo de ser e viver enquanto mulheres pertencentes a etnias tão desrespeitadas e discriminadas. Na medida do possível, presenciei os debates, reuniões, assembleias e, contribuí como facilitadora e palestrante em algumas ocasiões. Dessa forma, cada dia me convenço mais de que a existência dessas mulheres e sua sobrevivência em busca do Bem Viver, se deve a elas mesmas. Recentemente a ONU (Organização das Nações Unidas) através de sua enviada especial e relatora da organização para os Povos Indígenas, Victória Tauli-Corpuz, visitou aldeias, ouviu de perto o clamor dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul e chamou a atenção para as barbáries cometidas contra esses povos originários. Como já dissemos anteriormente, o estado brasileiro campeão no ranking da violência contra os povos indígenas. É público e notório, vergonhosamente, é claro, que os kaiowá e guarani são os mais perseguidos, ameaçados, assassinados. Quando um organismo como a ONU se pronuncia, é obvio que vem a reação do latifúndio sempre “vítima” da situação, assim como a imprensa que diz “ter” dificuldades em noticiar e ou denunciar as barbáries cometidas contra os/as indígenas do nosso estado. A polícia judiciária também se incomodou com as denúncias da Organização das Nações Unidas em relação às omissões e as violações dos direitos humanos e constitucionais dos povos indígenas. Na contramão de tudo isso, o caminhar das mulheres kaiowá e guarani é um longo e árduo caminhar. É um caminhar contínuo, resistente e persistente com a proteção dos Ñanderu e Ñandesi em busca de sua terra, que é mãe, que gera vida, e não produto de barganha, cobiça ou comercialização. A marcha ainda é longa e o caminhar cheio de tribulações, mas é preciso seguir em busca de recolocar-se em seu pertencimento. O Cosmos tem uma cumplicidade inexplicável para com essas mulheres, de maneira que as fortalecem, apesar das agruras as quais são submetidas diariamente.

Referências Bibliográficas

Constituição Federal de 1988 artigo 231 p. 141-142 Ed. 2009 senado federal.

SERAGUZA, Lauriene. Cosmos, corpos e mulheres Kaiowá e Guarani: de Aña a Kuña/LairieneSeraguza._Dourados, MS: UFGD, 2013 p. 164.

Valdelice Veron 4ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres/MMM Dourados,MS 10 a 11 de Outubro de 2015.

CPMI da Violência contra a Mulher 11 de novembro de 2012. Aldeia Água Bonita.

CPMI da Violência contra a Mulher. Oitiva com as mulheres indígenas do Cone Sul do estado 13 de novembro de 2012.

CPMI da Violência contra a Mulher Relatório Final Brasília, 2013 p. 405 a 435.

Visita da relatora da ONU para Povos Indígenas em Dezembro de 2015.